



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: COMPARAÇÃO ENTRE
1964 E 2018 SOB A LENTE DO NEOLIBERALISMO**

GIOVANA NÓBREGA SANTOS

Brasília – DF

09/2024



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: COMPARAÇÃO ENTRE
1964 E 2018 SOB A LENTE DO NEOLIBERALISMO**

GIOVANA NÓBREGA SANTOS

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação da professora Marilde Loiola de Menezes.

Brasília – DF

09/2024

A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL: COMPARAÇÃO ENTRE 1964 E 2018 SOB A LENTE DO NEOLIBERALISMO

THE RISE OF THE EXTREME RIGHT IN BRAZIL: COMPARISON BETWEEN 1964 AND 2018 UNDER THE LENS OF NEOLIBERALISM

Giovana Nóbrega Santos¹

Resumo

O objetivo da pesquisa é analisar a ascensão da extrema direita no Brasil em dois momentos da história: 1964 e 2018, destacando o neoliberalismo como fio condutor que conecta esses períodos e os métodos utilizados pelos grupos envolvidos. A análise busca responder à pergunta central: como o discurso da extrema direita conseguiu se legitimar ao longo desses anos? A argumentação está dividida em três partes: a primeira examina os fatores econômicos e sociais que levaram ao golpe de 1964; a segunda aborda as crises econômicas globais e a Grande Moderação que influenciaram os governos de esquerda na América Latina; e a terceira apresenta como esses eventos e a crise de 2008 contribuíram para a ascensão da extrema direita e a eleição de Bolsonaro. O resultado desta pesquisa indica que esse movimento está associado à exploração dos países emergentes pelos países centrais, através de influência institucional e midiática.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Extrema-direita; Grande Moderação; Golpe; Bolsonarismo

Abstract

The objective of this research is to analyze the rise of the extreme right in Brazil during two moments in history: 1964 and 2018, highlighting neoliberalism as the thread that connects these periods and the methods employed by the involved groups. The analysis seeks to answer the central question: how did the extreme right discourse manage to legitimize itself over these years? The argument is divided into three parts: the first examines the economic and social factors that led to the 1964 coup; the second addresses the global economic crises and the Great Moderation that influenced leftist governments in Latin America; and the third presents how these events and the 2008 crisis contributed to the rise of the extreme right and the election of Bolsonaro. The results of this research indicate that this movement is associated with the exploitation of emerging countries by developed countries, through institutional and media influence.

Keywords: Neoliberalism; Extreme right; Great Moderation; Coup; Bolsonarismo

¹Graduanda do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília. Contato: giovananobrega.unb@gmail.com.

Introdução

Nos últimos anos, em diferentes países, o evento da ascensão da extrema direita pôs em questão os limites da democracia liberal. Entre os principais eventos está a saída da Inglaterra da União Europeia; a eleição de Donald Trump e, no Brasil, em 2016, um controverso crime de responsabilidade fiscal acarretou o impeachment da presidenta Dilma, seguido pela prisão de Lula e pela eleição de Bolsonaro, em 2018. A conexão entre esses fatos em países tão diversos está focada na crise de legitimidade do neoliberalismo e na tentativa de ruptura da própria democracia, regado ao discurso de ódio, intolerância e desprezo às minorias (BALLESTRIN, 2017). O Brasil, como país periférico e emergente, foi alvo da onda neoliberal que abalou o mundo em 1960, 1980 e mais tarde de 2008 até os dias atuais. As revoltas que ocorreram, principalmente, em 2013, têm uma relação direta tanto do cenário mundial de crises liberais do século XX, quanto do cenário nacional com o golpe de 1964, a redemocratização em 1985 e o período do governo Lula (NOBRE, 2022).

O golpe em andamento no Brasil é parte de uma contrarrevolução neoliberal global que está criando estados não democráticos. Apesar das divisões internas e da crise de legitimidade, os golpistas estão unidos em suas propostas, que desafiam princípios democráticos fundamentais. Esse cenário está gerando instabilidade, ódio e intolerância, ameaçando valores essenciais como paz, liberdade e direitos humanos (GUIMARÃES, 2017). Este cenário é um reflexo da experiência democrática limitada devido à influência do passado colonial do Brasil, além de uma sequência cíclica de golpes. No presente texto, será analisado somente o golpe militar de 1964 em comparação com as recentes tentativas de golpe institucional.

A ditadura militar de 1964 foi um golpe destinado a promover o capitalismo global da época e a fortalecer as elites nacionais, que se consolidaram após o golpe. Durante o período de repressão, a política de arrocho salarial garantiu lucros elevados para a classe dominante, enquanto a classe média, beneficiada apenas com migalhas, sustentava o apoio ao regime em meio à euforia do "milagre brasileiro". No entanto, essa euforia terminou na década de 1970, quando a crise econômica nos Estados Unidos — principal fonte de investimentos — ocorreu justamente no momento em que o Brasil necessitava de novos aportes financeiros, resultando em uma grave dívida externa para o país (MELO, 2014). Os anos seguintes a esse evento, foi uma sucessão de acontecimentos - alimentados pelos Estados Unidos - que tornou o cenário mundial e brasileiro um terreno fértil para a disseminação do neoliberalismo, pois a crise econômica abriu precedentes para a Grande Moderação.

A crise econômica na América Latina, em meados da década de 90, contraposta com a Grande Moderação nos EUA, foi o período mais severo de exploração capitalista dos países emergentes. Embora esse período tenha culminado em uma crise econômica mundial, em 2008, chamada de Grande Recessão, o neoliberalismo não perdeu forças, em vez disso, abriu precedentes para uma fase do neoliberalismo, que questiona a democracia e as políticas sociais. Esse movimento foi o ponto chave para a ascensão de governos de extrema direita em diferentes países do mundo e, no Brasil, foi o principal motivo do *impeachment* da presidenta Dilma e da eleição de Bolsonaro.

Portanto, tanto as sucessivas crises econômicas na América Latina, quanto a ascensão de governos de extrema direita não ocorreram de maneira isolada, mas dentro de um contexto global onde o descontentamento com o sistema neoliberal impulsionou novos movimentos políticos. Esse descontentamento foi alimentado por desigualdades sociais crescentes e pela sensação de exclusão econômica, criando terreno fértil para a emergência de discursos populistas e antissistêmicos. É nesse cenário que o discurso da extrema direita encontrou espaço para se consolidar, se aproveitando das frustrações populares e apresentando soluções simplistas para problemas complexos.

A partir disso, essa pesquisa buscou entender como esse discurso cresceu e foi legitimado ao longo dos anos, quais suas raízes e como foi possível a adesão popular que fez a extrema direita alcançar posições de poder dessa forma. Com base nesse contexto, busca-se responder: Como o discurso da extrema direita conseguiu se firmar, seja de maneira velada ou explícita, ao longo desses anos? Qual é a raiz desse discurso que ganhou essa dimensão? E, ainda, o que levou a população a aderir a essa ideologia, a ponto de ela alcançar o mais alto cargo de poder político? Quais foram os mecanismos utilizados para esse feito?

O objetivo, então, é analisar como se deu a ascensão da extrema direita no Brasil, em 1964 e em 2018, com o neoliberalismo como coluna principal de ligação entre esses dois períodos, além dos instrumentos utilizados por esses grupos. Para isso, foi usado como base teórica principal, os autores: Octávio Ianni, com o livro “O colapso do populismo no Brasil”; Argelina Figueiredo, com o livro “Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964; Marcos Nobre, com o livro “Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro” e, Felipe Nunes, com o livro “Biografia do abismo”. Além desses autores, outros textos relacionados ao tema foram utilizados para embasar a pesquisa e o argumento crítico. O resultado da pesquisa revela que uma parte significativa desse movimento está ligada à exploração exercida pelos países centrais — promotores do capitalismo — sobre os países emergentes, manifestando-se por meio de influência institucional ou midiática.

A argumentação está dividida de forma cronológica, dividida em três partes. A primeira se trata dos instrumentos que motivaram e fomentaram o golpe militar de 1964, do ponto de vista econômico e social. A segunda parte expõe as crises econômicas mundiais do fim do XX que ascenderam a Grande Moderação e os governos de esquerda nos países da América Latina. Por fim, a influência desses dois períodos e a crise de 2008 como causadores da ascensão da extrema direita e da eleição do governo Bolsonaro.

O papel do neoliberalismo na radicalização política brasileira

Nos últimos anos, o Brasil vivenciou um processo sem precedentes em sua história democrática, marcado pela ascensão global da direita liberal, que culminou na eleição de um presidente alinhado à extrema direita. Esse cenário, além de suas implicações sociais, políticas e econômicas, impactou profundamente os princípios, valores e as percepções dos indivíduos, promovendo um discurso ideológico intolerante e perigoso, direcionado especialmente contra minorias. O resultado desse governo foi uma crise política e institucional, que, além de intensificar a polarização, gerou um movimento centrífugo no cenário político, reduzindo as possibilidades de diálogo e representatividade.

À vista disso, surgem questionamentos importantes: como o discurso da extrema direita conseguiu se firmar, seja de maneira velada ou explícita, ao longo desses anos? Qual é a raiz desse discurso que ganhou essa dimensão? E, ainda, O que levou a população a aderir a essa ideologia, a ponto de ela alcançar o mais alto cargo de poder político? Quais foram os mecanismos utilizados para esse feito?

Ao examinarmos a trajetória dessas ideologias, especialmente em um país como o Brasil, que possui uma limitada experiência democrática devido ao seu histórico colonial, não é difícil identificar eventos que serviram de referência e fomentaram essas correntes ideológicas mais recentes, tornando-se, assim, um ponto de partida essencial para essa análise.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o discurso liberal havia se tornado mais moderado, assim, lidava com problemas sociais como corriqueiros, distantes da economia. No entanto, após as chamadas “guerras culturais” esse discurso retoma as características de ódio e intolerância. O sociólogo James Hunter foi o responsável por identificar o fenômeno das “guerras culturais”, um processo no qual temas como o direito dos homossexuais, a legalização do aborto, o controle de armas e a legalização das drogas passaram a fazer parte do debate político norte americano no fim da década de 80. A contraposição dos discursos morais e políticos já estavam presentes desde o século XIX, mas após as guerras culturais o liberalismo, junto com a pauta moral, torna-se um discurso de desprezo de classe. Dessa forma, qualquer

ação social tomada pelo Estado é vista como complacência com o socialismo e sinal de comodismo. (SOLANO GALEGO, 2017)

Nesse contexto, o nacional-populismo de direita crescia e se disseminava em diversos países, inicialmente na Europa, como nos casos dos partidos de extrema direita AFD, na Alemanha, ou o Vox, na Espanha. Mas, esse movimento tomou proporções maiores e alcançou o Brasil com a eleição do ex-presidente Bolsonaro. Os países onde o nacional-populismo foi difuso tinham em comum o discurso de ódio contra tudo e todos que estivessem em desacordo com o seu moralismo, além do desprezo às minorias (EMPOLI, 2019). No Brasil, o ex-presidente Bolsonaro, adotou um comportamento que se assemelha ao desses líderes, mas no contexto nacional há, ainda, o discurso a favor da ditadura militar de 1964 e a alusão a uma tentativa de golpe institucional durante o seu governo.

Outro ponto em comum entre os países que ascenderam o nacional-populismo é a instabilidade democrática, resultante do comportamento da população frente às instituições. Em primeiro lugar, a dominância da desconfiança causada pela sensação de insegurança que a natureza elitista da democracia liberal alimenta. A população se inquieta com a impressão de que não são bem representadas e que todas as instituições e representantes serão corruptos, ou seja, não possuem voz ativa nas decisões do país. Essa instabilidade, por si só, fornece um terreno fértil para líderes populistas com receitas milagrosas para a corrupção, como foi visto na eleição de Bolsonaro (CROZIER, 1975). Em segundo lugar, a guerra de classe, onde a classe média não faz parte da elite, já que dependem do seu salário para sobreviver, mas também não fazem parte do proletário, pois não são submetidos ao nível mais profundo do capitalismo, essa classe teme perder sua posição social para o proletário através dos programas de distribuição de renda e, então, apoiam o neoliberalismo em troca de manterem seus micropoderes (HORTA, 2017).

A eleição do ex-presidente Bolsonaro foi fomentada por um conjunto de ações e decisões de um sistema neoliberal que foi incapaz de promover uma autorreforma desde a sua implementação, com seu ápice entre 2011 e 2013, onde o movimento global “antissistema” de insatisfação com o *establishment* começou a tomar forma. O movimento possui uma semelhança assustadora com o contexto nacional e internacional ocorridos nos anos que precederam o golpe de 1964, e que por fim elegeu um líder controverso que defende a ditadura e apoia um novo golpe. Faz-se necessário uma análise de cenários de tomadas de decisão possíveis aos movimentos de base das chamadas “novas direitas”, que ganharam força com mobilizações de junho de 2013, para entender como as raízes bolsonaristas foram criadas e aprofundadas, refutando as teorias de que o Bolsonaro teria sido inevitavelmente eleito, ou que

ele foi “presidente por acidente” e, assim, não permitir que se desenvolva novamente o ciclo de golpe que o Bolsonaro tentou reviver (NOBRE, 2022).

O Brasil é somente uma das peças de um sistema global dominado pelo capital. Nessa conjuntura, há uma disputa para reestruturar esse sistema global sob a liderança do neoliberalismo. Para além da análise do histórico-brasileiro de pulsão golpista e a pouca experiência - de fato - democrática é necessário analisar o cenário histórico-mundial de desenvolvimento do neoliberalismo e os desdobramentos negativos que esse evento gerou na política (ALVES, 2016).

O contexto mundial e nacional que antecedeu o golpe militar de 1964

O cenário mundial que antecede o golpe de 1964, no Brasil, não colaborou com uma estabilidade política. O período pós-guerra em 1945 foi sucedido pelo fim da hegemonia autocrática através da segunda onda de democratização no cenário mundial, que não abarcou todos os países, mas principalmente os países centrais, pois a nova democracia derrotou o nazifascismo, mas não o totalitarismo. O site “our world in data” divide as democracias desse período entre: democracia eleitoral e democracia liberal. A democracia liberal se concentrou, em geral, na maioria dos países da Europa e Oceania, incluindo os países do Eixo (Itália, Alemanha e Japão); a predominância da democracia eleitoral era na América do sul, contudo, o Brasil tentou manter uma democracia liberal de 1945 até o golpe militar (NOBRE, 2022). Ademais, a partir de 1947 eclodiu a guerra fria, uma tensão que polarizava o mundo entre o capitalismo – sustentado pelos Estados Unidos – e o comunismo – sustentado pela antiga União Soviética- URSS (NUNES, 1997). A guerra ideológica entre os países centrais, a partir de 1947, compeliu os países periféricos a se adaptarem ao contexto de polarização como forma de autoproteção, sendo assim, a escolha entre capitalismo e soviéticos era, também, uma escolha entre democracia e totalitarismo militar (NOBRE, 2022). Esse contexto deu suporte a algumas das principais teorias da motivação do golpe militar: a ameaça comunista, disseminada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e a teoria da dependência.

O IPES foi criado em 1961, seus membros eram parte das elites empresariais e intelectuais defensoras do liberalismo. O instituto foi um dos principais centros de conspiração golpista, seu principal objetivo era disseminar a ideologia liberalista em postos estratégicos do Estado, com o discurso anticomunista como instrumento. Sua atuação foi parte do mecanismo que depôs o presidente João Goulart e o instituto seguiu até o fim do regime. Durante a ditadura militar, o IPES conseguiu implantar grande parte do seu programa que tinha como finalidade

inserir o Brasil no cenário capitalista: além instituir de uma Reforma Administrativa, criou o Serviço Nacional de Informação (SNI). O instituto “irmão” do IPES era o IBAD, uma *think tank*² anticomunista que tinha por objetivo exterminar os vestígios do comunismo e conter o estilo populista do governo Juscelino Kubitschek, mas foi extinto em 1963 e integrado ao SNI. O responsável pelo financiamento do IPES e do IBAD era a Aliança Progressista, liderada por John Kennedy nos EUA, com medo de que a revolução cubana se espalhasse pela América Latina e rompesse com a disseminação capitalista (MELO, 2014).

Quando João Goulart assume o governo presidencialista, em 1963, o seu desafio ia além do IPES ou do SNI, pois o presidente assumiu o governo em meio a uma crise econômica, tensões sociais e uma crise política. Mesmo com a falta de apoio institucional e a desconfiança de vários setores da sociedade o Executivo anunciou um plano nominado “Plano Trienal de Desenvolvimento econômico-social”. O plano intentava utilizar uma política de desenvolvimento que combatesse as taxas inflacionárias, mas ao fim de 1963, após diversas contradições cometidas por Goulart, o Plano Trienal não tirou o país da crise, nem acelerou o crescimento, mas sim manteve a inflação. Esse acontecimento foi o ápice para que Goulart propusesse as Reformas de Base como novo plano econômico (TOLEDO, 2004).

João Goulart assumiu um governo propositalmente bagunçado por agentes que eram contra o seu governo. A oposição o via como uma ameaça para o novo sistema liberal que estava em curso no cenário mundial. Após a tentativa fracassada de implantar o parlamentarismo e diminuir o poder de Goulart, as instituições golpistas, com a ajuda dos EUA, se empenharam em semear a sensação de instabilidade democrática entre a população. Eles usaram a desconfiança na capacidade de Goulart de governar o caos que as crises, também implantadas por esses agentes, causavam. Todo esse contexto juntamente com o discurso anticomunista tornava o governo de Goulart dificultoso e sem apoio, por vezes nem mesmo da esquerda.

A economia brasileira antes da grande moderação

Considerando o cenário global no qual o Brasil estava inserido antes do golpe militar, diversos autores tentaram compreender e explicar as verdadeiras motivações por trás do golpe militar de 1964. Todos os pontos apontados por eles foram importantes para chegar à conclusão do golpe, mas não isoladamente, e sim todos incorporados dentro de um contexto

² Instituição de pesquisas acadêmicas relacionadas às políticas públicas.

(SOARES, 2001). Alguns desses autores tentaram explicar o viés econômico, tendo em vista a crise econômica que assolava o país naquele período.

Durante o governo do presidente Getúlio Vargas o Brasil se empenhou em garantir a sua independência na economia para atuar na disputa através da substituição de importação. Entretanto, o pós 1945 incitou o país a acompanhar a onda de polarização que ocorria no mundo e manifestar sua posição frente às ideologias, de forma que o Brasil, em meio a uma democracia liberal, foi induzido a adentrar no mercado capitalista (ROCHA, 2019). Sendo assim, o golpe de 1964 foi uma operação com objetivos traçados, orientada fortemente pelo viés econômico que era contra a substituição de importação. A substituição de importação foi uma política implementada por Getúlio Vargas com o intuito de fortalecer a indústria nacional para que o país se tornasse menos dependente de produtos estrangeiros, a tática era elevar as taxas de importação enquanto produzia e incentivava produtos nacionais. Entretanto, autores apontam que a substituição de importação já não era mais eficiente, era preciso reintegrar o Brasil no sistema capitalista mundial, o que implica em uma relação direta com países mais desenvolvidos, como EUA. (SOARES, 2001).

A transformação do sistema de substituição de importação para a entrada do Brasil no capitalismo mundial dá origem à Teoria da Dependência. (SOARES, 2001). A Teoria da Dependência tem como base a crítica ao capitalismo do ponto de vista marxista e visa analisar a relação entre as empresas, que ocupam uma posição central, e a subordinação da classe trabalhadora, que desempenha um papel periférico. Nesse contexto, os países centrais correspondem às grandes empresas, enquanto os países periféricos assumem o papel da classe trabalhadora subjugados a um tipo de produtividade exacerbada resultante dos países centrais.

O obstáculo da transição do Brasil para esse novo modelo é que o produto que era industrializado dentro do país na substituição de importação era desvalorizado, não só dentro do país como no exterior, o que situa o Brasil na posição de país periférico, explorado pelos países centrais, como os EUA, por exemplo (CARDOSO, 1976). A teoria da dependência mostra que os países dependentes nesse contexto mundial de ascensão do neoliberalismo possuíam, propositalmente, menos autonomia social, política e econômica, induzindo a procurar brechas para atuar na disputa de poder. (SOARES, 2001).

Nesse contexto, no início da década de 60, logo após o fim da Revolução Cubana, ocorrida em 1959, o então governo dos Estados Unidos, John Kennedy, criou a Aliança para o Progresso. O projeto da Aliança era incorporar os países da América Latina ao lado capitalista da Guerra Fria, por temor que a Revolução Cubana culminaria em demais revoluções que aproximasse outros países muito maiores ao lado socialista da guerra. Na

teoria, a Aliança pretendia pôr o projeto em prática por meio de investimentos sociais e econômicos que combatessem a miséria e mitigassem uma revolta popular. Mas na prática, a Aliança tinha o intuito de divulgar os ideais econômicos e culturais do capitalismo, com o discurso de temor ao comunismo, assim poderia abrir o mercado desses países para o capitalismo estadunidense. Entretanto, com a morte do presidente Kennedy, 1963 – que mantinha uma posição mais branda em relação aos países da América Latina – os EUA adotaram uma política de intervenção e sabotagem aos governos que possuíam viés socialistas, dessa forma, patrocinaram golpes que ascendiam governos militares de direita para aproximar das propostas e ideologias dos EUA. (GESTEIRA, 2014)

Conservadorismo, Anticomunismo e o Golpe Cívico-Militar

No Brasil, o ideário pró-mercado ocorreu junto a uma campanha anticomunista que unia conservadores e defensores do mercado capitalista contra a esquerda. Nos anos que antecedem a ditadura, a ideologia pró-mercado era defendida por um grupo limitado de pessoas - elites empresariais, intelectuais e militares muito próximos. Esse ideário era fortalecido pelo IPES, 1961, e pelo IBAD, 1961-1963, que tinham como objetivo uma conspiração golpista para derrubar o governo de João Goulart e, ainda, disseminar a propaganda anticomunista. O principal financiador do IPES era a Aliança Progressista, liderada por John Kennedy nos EUA, com medo de uma revolução comunista.

Para além do ponto de vista econômico, existia uma forte propaganda anticorrupção na mídia da época, como exemplo a campanha de Jânio Quadros, com a campanha que prometia “varrer a corrupção”, indicando uma “política suja” que deveria ser renovada (SOARES, 2001). Paralelamente, entre os militares, já existia uma predisposição para a intervenção provocada pelo temor que existia acerca de uma suposta ameaça comunista que temiam principalmente uma infiltração comunista nas forças armadas (FIGUEIREDO, 1993). Esse clima de instabilidade causada pela economia e a política causava na população uma falsa sensação de crise, o que fortalecia a crescente militarização da política e a partidarização das forças armadas (IANNI, 1968).

O medo de uma ameaça comunista ganhou força a partir da renúncia de Jânio Quadros. Em 1960 o presidente e o vice-presidente eram cargos eleitos separadamente. Neste ano, quando Jânio Quadros, com apoio do partido UDN, vinculado à direita, se elege para presidente e João Goulart, do partido PTB, inclinado à esquerda, foi eleito para ser seu vice. Entretanto, o governo de Jânio buscava atuar sem apoio e com políticas controversas. Então, em 1961, com a pressão dos ministros militares, Jânio renuncia ao cargo, abrindo espaço para

Goulart assumir a liderança. Porém, os ministros militares eram contra Goulart assumir o cargo, já que ele era declaradamente esquerdista e, por esse motivo, tentam articular um Impeachment, que não obteve sucesso (FIGUEIREDO, 1993).

Quando Jânio Quadros renunciou ao cargo, Goulart encontrava-se em missão diplomática na China comunista, o que gerou mais uma fragilidade para ele, devido à polarização mundial entre capitalismo e comunismo (FIGUEIREDO, 1993). Os ministros militares acreditavam em conspirações de uma ameaça comunista, suspeitando de Goulart, supostamente, responsável por infiltrar comunistas no governo para causar uma revolução, desencadear o caos no país. Eles tentaram o acusar de ser uma ameaça à segurança nacional, especialmente após a revolta dos sargentos e marinheiros. A revolta, liderada por cabo Anselmo, ocorreu dias antes do golpe e aproveitou o baile de comemoração da *Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil* para reivindicar melhores condições de trabalho, além de apoiar as Reformas de Base, evidenciando uma polarização interna dos militares em relação ao governo.

Além disso, Goulart fracassou nas suas tentativas de coalizão entre a direita, centro e esquerda, dificultando a aprovação e execução de seus projetos. Por fim, Goulart, na tentativa de juntar forças com a esquerda, foi prejudicada por suas propostas que causavam medo e insegurança por ser uma mudança profunda, por isso, mal aceitas pelos outros componentes do governo, e esses sucessivos fracassos deram forças para impulsionar os golpistas (FIGUEIREDO, 1993).

Goulart perdeu suas forças em 13 de março de 1964 quando convocou o “Comício das Reformas”, também conhecido como Comício Central. O objetivo era apresentar a decisão do governo João Goulart de implementar as chamadas “reformas de base”, um conjunto de propostas para aprimorar as instituições brasileiras, enquanto defendia simultaneamente as liberdades democráticas e sindicais dos trabalhadores. Essas reformas incluíam medidas como: reforma agrária; bancária; administrativa; universitária e eleitoral. Além disso, propunha abranger a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e para os demais eleitores (FIGUEIREDO, 1993).

Entretanto, seu discurso causou manifestações contrárias e antigovernamentais em diferentes partes do Brasil. O empresariado se moveu em um ato chamado “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade” com o objetivo de convocar as classes médias e cristãos contra a suposta ameaça comunista (FIGUEIREDO, 1993). O ato político e religioso acusava João Goulart de “comunista ateu” e uniu cerca de 500 mil brasileiros nas ruas de São Paulo

com bandeiras do Brasil com pedidos como: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo” e “reforma com Deus e pela pátria”.

Já durante o período da ditadura foi criada a Comissão Nacional da Moral e do Civismo, responsável por implantar nas escolas brasileiras uma matéria relacionada à moral, no sentido religioso, à exaltação da pátria e, principalmente, ao anticomunismo (ROCHA, 2019).

A virada à esquerda: reação contra o neoliberalismo e a ascensão de governos progressistas na América Latina

Os países latino-americanos - na condição de países periféricos - que enfrentaram ditaduras entre 1945 e 1980 demoraram bastante a alcançar um consenso democrático em comparação com os países centrais, principalmente pela onda de regimes autoritários que se espalhou pelos países latinos no século XIX. No Brasil, a redemocratização iniciada em 1985, representando o período mais prolongado de liberdade, é uma exceção em meio a uma longa história marcada por intolerância, eleições fraudulentas, repressão política e censura à imprensa (NUNES, 2023). Esse período - início da década de 80 - é marcado pela ascensão do neoliberalismo nos países centrais, os quais viveram o apogeu econômico após a estagflação, por outro lado, os países da América Latina foram marcados por um período obscuro de exploração proveniente do neoliberalismo. Esse processo, que se estendeu até meados da década de 1990, onde impulsionou a guinada dos movimentos de esquerda, cuja principal crítica era a exploração promovida pelos países capitalistas.

Em 1968, o movimento democrático que ocorria no mundo pôs em pauta a discussão sobre a forma mais adequada de representatividade, sendo entre representação parlamentarista e representação direta por reuniões públicas militar (NOBRE, 2022). O questionamento sobre a dualidade entre os tipos de representação juntamente com a estagflação, entre 1970 e início da década de 80, gerou uma ruptura no antigo sistema que origina um composto de democracia com neoliberalismo e suscitou na fase chamada Grande Moderação (1980-2007). Essa fase foi marcada por uma queda significativa da inflação nos países de economia desenvolvida, além do crescimento econômico estável e uma queda no valor dos títulos - portanto, se tornando lucrativo- e, o aumento das ações dos EUA e globais (ROUBINI, 2022). A explicação do êxito se deve a Política Monetária aplicada aos países, junto com a adesão do governo aos estímulos de oferta, no qual aumentou o volume reduzindo os custos de produção e mantendo o controle da inflação (ROUBINI, 2022). Além disso, os EUA aproveitaram desse apogeu para ampliar o capitalismo pelo mundo e se tornar uma potência. Entre os países centrais ele era o principal

financiador de políticas de desenvolvimento, entretanto, entre os países periféricos era o principal explorador.

Na década de 80 a América Latina foi assolada por uma crise econômica motivada por dívidas externas contraídas durante os regimes autoritários e, embora os demais países tenham começado a se estabilizar novamente no início da década de 90, o Brasil não foi capaz de estabilizar a economia e retomar o desenvolvimento. Devido a isso, em 1989, o Fundo Monetário Internacional sugere uma política internacional econômica para mitigar as dívidas e retomar o desenvolvimento dos países da América Latina (BRESSER-PEREIRA, 1993). Esse cenário suscita no Consenso de Washington.

O Consenso de Washington surgiu como um pacote de políticas públicas relacionadas a economia destinadas aos países da América Latina, o discurso era de que tinha como objetivo conter a crise econômica causada pelo endividamento e promover o desenvolvimento desses países emergentes. No Brasil, o plano foi implementado apenas em 1990 e as principais medidas do Consenso eram: 1) Controle da Inflação; 2) Privatização das empresas estatais; 3) Maior abertura econômica. Entretanto, apesar de ter saldado parte da dívida produzida pela substituição de importação, a abertura do mercado tornou o país mais dependente de capital exterior, elevou a taxa de juros, aumentou a desigualdade socioeconômica, estagnou o desenvolvimento, aumentou a taxa de desemprego e estimulou as privatizações (MARTINS, 2006).

Assim como a Aliança Progressista, o Consenso era uma forma de abrir o mercado dos países da América Latina para o neoliberalismo que estava no seu apogeu na década de 90. As dívidas que os países latinos contraíram se originaram da mesma fonte que propôs uma solução para a crise, ou seja, os Estados Unidos agiram em interesse próprio com o discurso de promover o desenvolvimento dos países periféricos.

Esse período de expansão do neoliberalismo mudou, por 20 anos, as economias dos países centrais, consequentemente mudando a forma de representação. A queda no valor dos títulos e aumento da oferta por parte do Estado deu aos grupos marginalizados abertura econômica para que possuíssem poder de compra e capital, dessa forma, o ciclo de oferta e demanda se tornou mais dinâmico e o neoliberalismo ganhou força. Diante disso, na conjectura de uma democracia onde a economia deteve a maior parte do poder político, a ascensão das minorias fez com que as pessoas, que antes não possuíam capital significativo, fizessem parte da laboração da economia e, por consequência, da atuação na política, dado que os governos neoliberais progressistas promoviam esse processo de aliança com os grupos de defesa de direitos das minorias para captar apoio de diferentes classes, por um tempo ocorreu um

progresso no combate ao preconceito com os grupos marginalizados. militar (NOBRE, 2022). Entretanto, o objetivo do liberalismo é a atuação mínima do Estado, sendo assim, conforme a economia se desenvolvia e se tornava mais forte, o Estado diminuía sua influência na regulação, levando a uma desigualdade de renda e uma dívida generalizada patrocinada pelo oferecimento de crédito barato e consumo desenfreado. Por fim, as promessas de que o futuro das gerações seria melhor do que a vida dos seus pais não se cumpriu, pois, uma crise anos mais tarde assolou diversos países militar (NOBRE, 2022).

Após a redemocratização e a crise que o Consenso de Washington deixou nos países latinos houve uma ascensão em massa de governos de esquerda por toda a América Latina, alguns pesquisadores denominaram esse acontecimento de “Virada à esquerda”, foi uma ação contra o controle do neoliberalismo subjugando os países periféricos (ROCHA, 2019).

A nova fase do neoliberalismo: transformações pós-recessão e a crise de legitimidade

As crises econômicas, como a Grande Depressão de 1930 e a Grande Recessão de 2008, ocorrem quando há uma redução da demanda, mantendo o nível alto de oferta, e uma percepção de risco elevada que não condiz com a realidade. Esses fatores combinados podem afetar as empresas, pois há uma queda nos lucros e nos recursos de investimentos, e abalar os bancos, devido ao pânico generalizado em torno de uma possível falência. O resultado desse descontrole econômico é a recessão ou a depressão (PRADO, 2011).

A Grande Moderação forneceu 20 anos de ascensão e apogeu do neoliberalismo nos EUA, no qual os bancos transformaram dívidas em títulos e créditos, ou seja, os bancos se tornaram os organizadores e os formuladores dos ativos financeiros vendidos - sem o papel do Estado - tanto para investidores institucionais, quanto para outros bancos. Essa nova forma de atuação do negócio bancário tornou a economia do país frágil e levou a estrutura financeira do país a uma quebra no mercado de capitais. Dessa forma, o estouro da bolha dos créditos de risco ocorrido nos primeiros meses de 2007 encabeçou uma crise bancária que demorou mais de um ano para eclodir, e só alcançou o seu ápice em 2008. Os efeitos da crise sobre o mercado financeiro e a confiança dos empresários e consumidores causou uma violenta recessão na economia dos Estados Unidos (PRADO, 2011).

A crise ocasionada nos EUA, rapidamente se tornou um efeito de cadeia nas demais economias de países industriais avançados, devido a globalização financeira. Crises econômicas de grande escala provocam mudanças significativas nas relações e regimes econômicos internacionais. As crises que estamos abordando geram mudanças duradouras,

afetando tanto a esfera econômica, redistribuindo riqueza e poder, como as dimensões sociais e políticas, e têm efeitos variados em diferentes países, não só em países centrais, mas também nos países periféricos que dependem do último em algum nível (PRADO, 2011). A crise afetou o Brasil, por exemplo, com a queda descomunal do preço das commodities, especialmente do petróleo, já que o país depende da exportação de produtos primários. (ALVES, 2016)

Dito isso, as consequências da Grande Recessão foram além da economia, tornou-se pano de fundo comum para diversos países nas mobilizações ocorridas nos anos seguintes. Os eventos mais expressivos iniciaram em 2011, com a Primavera Árabe, reivindicando a queda dos regimes autoritários e melhores condições de vida, chegando até o Brasil com as mobilizações “antissistema”, em junho de 2013. No entanto, a relação entre a recessão e o aumento da mobilização social não é simples. Não se trata apenas da deterioração das condições de vida provocada pela recessão, mas também da propensão nociva do neoliberalismo, que entrou em uma nova fase após a crise, facilitando a ascensão da extrema direita em múltiplos países, incluindo o Brasil (NUNES, 2022).

A nova fase de desenvolvimento do capitalismo, estabelecida após a Grande Recessão, expôs a contradição entre a democracia e o neoliberalismo. Desde o início da expansão do capitalismo global na década de 1980, a economia mundial tem enfrentado oscilações de valor provocadas pela financeirização da desigualdade social, e a responsabilidade dessa financeirização é a crise de superprodução nos centros neoliberais, como EUA, Europa Ocidental e Japão, que resultou em uma crise estrutural de valorização do capital. Em outras palavras, o capitalismo deixou de ser apenas uma ideologia econômica para se transformar, ainda mais, em um sistema político-institucional, profundamente enraizado na cultura e no Estado. Foi expandido de forma coercitiva para o sistema global, principalmente nos países periféricos, que foram pressionados a aceitar o neoliberalismo. Como resultado, os países centrais puderam explorar efetivamente a força de trabalho dessas nações, aprofundando progressivamente a desigualdade social (ALVES, 2016).

O aumento significativo dos danos causados pelo neoliberalismo após a crise está associado à crise de legitimidade desse modelo, que vai além da esfera econômica e impacta também os sistemas políticos que não questionam as consequências do neoliberalismo. Esse é um dos caminhos que busca explicar o início da polarização (NUNES, 2022). No Brasil, a reação neoliberal após a crise de 2008 é, radicalmente, diferente da reação neoliberal de 1990, pois, o contexto e o objetivo do neoliberalismo não são mais os mesmos. Após a crise e na transição para a década de 2010, o neoliberalismo no Brasil se deparou com a necessidade de

uma nova reestruturação. Essa necessidade emergiu da crise de legitimidade que se manifestou, revelando e questionando as contradições do ideário neoliberal (ALVES, 2016).

O Brasil, na posição de país periférico, não é apenas integrado ao sistema capitalista global, mas também depende desse sistema, ao menos desde o Consenso de Washington. Essa dependência é atribuída às políticas neoliberais adotadas pelos governos da década de 1990, especificamente: Collor, FHC e Itamar Franco. Entretanto, contrariando a lógica neoliberal, o Brasil provocou uma contradição ao império do capital com a estratégia da conciliação de classe (ALVES, 2016).

O Brasil é, ao mesmo tempo, o elo mais forte do imperialismo neoliberal na América Latina – o que explica a persistência do Estado neoliberal no Brasil – e, por outro lado, com os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma, tornou-se território estratégico para a construção do bloco contra hegemônico ao poder do Dólar (ALVES, 2016).

A Constituição de 1988, conhecida como a Constituição-Cidadã, surgiu como resultado das lutas sociais da década de 1980 e marcou a transição para a democracia no Brasil. Embora tenha sido uma abertura negociada com os militares, que buscavam manter os padrões liberais, a Constituição representou o fim de um período obscuro para a sociedade. Apesar dos avanços neoliberais no início dos anos 1990, a Constituição atuou como uma barreira contra o avanço do capitalismo oligárquico. Além disso, o governo Petista, ao adotar políticas voltadas para o combate à desigualdade social, exacerbou as contradições neoliberais da crise de 2008, dificultando ainda mais a reprodução desse modelo oligárquico do capital vendido pelos EUA. (ALVES, 2016).

A resposta à Grande Recessão foi o protesto popular por múltiplos países, que apesar de intensos, foram passageiros. Nos países centrais, cerne do capitalismo, os sistemas políticos não foram abalados pelas manifestações, ainda que enfrentem dificuldades para enfrentar a crise de legitimidade, estão unidos pelo mesmo objetivo, alimentam um programa de desmonte democrático, gerando um cenário de ódio e desprezo de classe. No recrudescimento do movimento neoliberal, a extrema direita notou uma brecha para voltar às esferas mais altas de poder, utilizando de velhos instrumentos modernizados.

A Antipolítica e a Ascensão do Bolsonarismo

Após a redemocratização, identificar-se de direita se tornou algo desconfortável, pois havia um medo silencioso de ser associado à ditadura militar. Então, para evitar a relação com o ideário autoritário, a autodenominação passou a ser de “centro”. Essa situação não afetou somente os políticos, mas também os ideólogos e eleitores. Foi apenas com o advento das redes

sociais, especialmente o Orkut, entre 2006 e 2010, principal fonte dos contra-públicos, onde os grupos de simpatizantes com as ideologias de direita conectaram novamente e a vergonha começou a se dissipar (ROCHA, 2019).

O escândalo do “mensalão” e as comunidades criadas no Orkut contribuíram fortemente para que a direita adormecida criasse força. Quando Lula foi eleito, em 2002, suas políticas eram mediadoras e a economia era mais moderada, em relação ao governo anterior, o que aproximava, em um movimento centrípeto, a direita e a esquerda, buscando um diálogo. Mas, apenas um ano antes das eleições de 2006, foi divulgado o escândalo da compra de votos parlamentares intitulado “mensalão”, o que fez a oposição descartar a sua reeleição. Quando Lula foi reeleito, em 2006, mesmo sem o apoio da oposição, a popularidade do governo cresceu a olho nu até 2010, foi nesse momento que as comunidades do Orkut, criadas por indivíduos que se identificavam com a ideologia liberalista e não apoiavam o governo Lula, começaram a surgir e reunir pessoas que se reconheciam com o conteúdo desses fóruns. Participar de um grupo “antissistema” vem acompanhado pelo sentimento de segregação em relação ao grupo dominante (ROCHA, 2019).

Os três principais grupos de direita que utilizavam das comunidades na rede social eram os neoliberais, que em sua maioria se posicionavam ativamente contra a esquerda; conservadores, que eram mais dispersos; e um público católico. Embora as ideologias não conversem entre si, estavam unidos pelo sentimento de que estavam acoados pela “hegemonia esquerdista”. A comunidade mais utilizada era a do Olavo de Carvalho, que dava voz aos membros do fórum pela sua fama, na sua comunidade era comum que as pessoas se comunicassem de forma agressiva, utilizassem de o humor ácido e impressionismo (ROCHA, 2019).

O uso de perfis falsos (no orkut), porém, não era incomum, o que contribuía para que os debates nas comunidades se desenvolvessem bastante livre e, por vezes, violento. (ROCHA, 2011, p. 121).

Então, quando a presidente Dilma, sucessora de Lula, foi eleita, a situação ficou ainda mais acalorada, pois houve um “choque-progressista” aos conservadores quando a agenda política aprovada envolvia: união homoafetiva, aborto em determinados casos e cotas raciais, tal qual as “guerras culturais”. Esse cenário foi determinante para as direitas liberais e conservadoras entraram em desacordo com o governo por um motivo em comum: não se sentiam mais representadas (ROCHA, 2011).

O ambiente de ampla liberdade proporcionado pelo Orkut atraía justamente pessoas que não se sentiam representadas nos debates que ocorriam em públicos dominantes. (ROCHA, 2011, p. 121).

Historicamente, a divisão entre as ideologias de direita entre ultraliberais, neoliberais e conservadoras eram bem delimitadas, os indivíduos que se identificavam como conservadores, por exemplo, não se identificavam simultaneamente como liberais. Entretanto, na circunstância onde ambos se sentiram unidos por uma sensação de “não-pertencimento” das políticas e economia predominantes naquele momento se uniram em prol de uma causa em comum: o combate à “hegemonia cultural esquerdista”.

Foi nesse contexto em que o amálgama “liberal na economia e conservador nos costumes” foi originado, com base nesses grupos que não se sentiam mais pertencentes aos grupos dominantes. Inicialmente o amálgama gerava conflitos internos, especialmente aos conservadores que discordavam, e ainda discordam, de muitas defesas dos liberais, mas o movimento se consolidou a partir de novembro de 2014, quando ocorreu o primeiro protesto pró-impeachment e uniu todos esses diferentes contra-públicos nas ruas de São Paulo. Esse novo padrão ideológico se legitimou a ponto de se tornar uma ideologia que parecia óbvia, ou seja, ser liberal na economia se tornou inerente a ser conservador nos costumes. O caráter antipetista foi o que conectou os contra-públicos que, com a ideologia antissistema, ganharam espaço institucional até 2018 (ROCHA, 2011).

Evidentemente, as micromobilizações³ relacionadas às redes sociais exercem a capacidade de influenciar indivíduos que compartilham pensamentos semelhantes e de confrontar outros grupos ideológicos. No entanto, quando se trata de confrontar o Estado, esses argumentos se mostram instáveis e carecem da participação ativa de agentes políticos. Em um sentido mais amplo, as mobilizações online são cruciais para promover mudanças no cenário político, pois facilitam a comunicação entre diferentes grupos. Contudo, para expressar os anseios de uma massa em relação aos representantes políticos, o que realmente mudou o rumo da política foram as manifestações de rua ocorridas em meados de 2012 e 2013 (PRUDÊNCIO, 2014).

No aspecto do confronto entre grupos há uma disputa por espaço, que não está ligado somente à política, mas sim no esforço de manter um diálogo com a população e intentar captar mais pessoas ou grupos para a defesa de um lado, seja direita ou esquerda. No âmbito político a trajetória nas redes sociais, após o Orkut, ficou marcada por hashtags no Twitter e no

³ Termo criado pelo autor Snow et al (1986, p. 465): “conjunto de processos interativos elaborados e empregados pelas Organizações de Movimentos Sociais e por seus representantes para mobilizar ou influenciar outros grupos na busca de interesses coletivos ou comuns”

Facebook, meio de comunicação dos grupos que foram às manifestações de rua (PRUDÊNCIO, 2014).

Por outro lado, nos confrontos com o Estado as manifestações de rua foram um divisor de águas. Em uma visão mundial, após a crise de 2008, as mobilizações sociais iniciaram aos poucos, com os grupos insatisfeitos com a economia e as condições de vida deletérias e ocupavam as ruas, como na *Primavera Árabe*⁴. No Brasil, inicialmente em 2011 e 2012, com as manifestações pelo *Passe Livre*⁵, que foi uma manifestação crescente que levou a direita e a esquerda às ruas lado a lado, mas foi um estímulo para os protestos de junho de 2013. As outras manifestações que vieram em seguida eram mais defendidas pela direita: o embate da classe média contra o programa *Mais Médicos*⁶; e o embate contra a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil (PRUDÊNCIO, 2014). Mas, somente nas manifestações de junho de 2013 as mobilizações chegaram ao auge, esse episódio foi um mosaico de protestos com reivindicações diferentes feito por grupos distintos, sem coordenação ou objetivo em comum, no qual o único foco era a oposição ao governo petista. Essas manifestações resultaram em uma crise política e no declínio da economia, que culminou no *impeachment* da Dilma, em 2016, e na eleição de Bolsonaro, em 2018 (ROCHA, 2011).

As supostas “novas direitas”, que ascenderam por múltiplos países do mundo, foi uma dinâmica neoliberal controlada, que iniciou com a crise de legitimidade do neoliberalismo e criou um cenário para tomar fôlego e reerguer. Os contra-públicos que tomaram as redes sociais, não foi um evento isolado no Brasil, ocorrendo, também, em países da Europa e EUA. Ainda estamos em meio as consequências desse novo patamar do neoliberalismo, com novas formas golpistas. Pode-se dizer que a queda da esquerda teve início em 2009, quando o governo de centro-esquerda de Honduras foi derrubado por um golpe de Estado, seguido da derrubada de diversos países da América Latina que possuíam governos de centro-esquerda e esquerda, incluindo o Brasil em 2016, esse contexto chamou atenção dos pesquisadores para estudos de ascensão das chamadas “novas direitas” (PRUDÊNCIO, 2014).

No ano de 2016 os países que passavam por alguma forma de ascensão da direita, enfrentaram mudanças que botaram em questão os limites da democracia liberal: O Brexit² na Inglaterra; o acordo de paz com as forças armadas da Colômbia, que foi rejeitado; a vitória de Donald Trump, nos EUA; e, por fim, o *impeachment* da presidenta Dilma, no Brasil,

⁴ Protestos ocorridos nos países do Oriente Médio e norte da África entre 2010 e 2013.

⁵ Manifestações em prol de transporte público gratuito e fora da iniciativa privada.

⁶ Manifestações contra o Programa Mais Médicos, 2013, que abriu vagas para médicos estrangeiros sem a necessidade de revalidação do diploma no território brasileiro.

fundamentado em um suposto crime de responsabilidade fiscal. Todos esses acontecimentos foram conectados por ações consequentes do neoliberalismo disseminado:

a emergência de discursos abertamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos; sua eventual legitimação pelo voto popular, partidos políticos e/ou lideranças populistas; e, a utilização das instituições democráticas para a fragilização, minimização ou ruptura da própria democracia (BALLESTRIN, 2017, p. 2).

Assim como o cenário do neoliberalismo e das direitas brasileiras mudaram, o tipo de golpe que essas instituições tentam implantar também mudou. O golpe agora seria um “golpe parlamentar”, ou seja, em um regime democrático representativo o golpe não seria por força física, mas uma reinterpretação ilegítima dos aparatos previstos na Constituição. O golpe é chamado de golpe parlamentar porque os atores parlamentares são inconstantes, então precisam de legitimidade, sendo assim, procuram uma via anti-democrática (GUIMARÃES, 2017).

O conceito de “pós-democracia”, discutido por diversos autores, desde 1996, é um conceito que possui, na sua fundamentação, o significado da alteração da democracia motivado pela associação entre a democracia e o neoliberalismo. Dessa forma, a conexão entre os dois conceitos tem como propósito o esvaziamento da democracia, para que abra espaço para a expansão do neoliberalismo como forma de poder político, além do econômico. (BALLESTRIN, 2017). Se o Brasil está vivendo uma nova fase e, ainda, uma possível fase da democracia, para além da economia, então existem dois diagnósticos dessa “pós democracia”:

- 1) A democracia está sendo minada por meio das próprias instituições que deveriam protegê-la;
- 2) As forças que impulsionam esse fenômeno estão vinculadas a um campo que, historicamente negligenciado pela ciência política (BALLESTRIN, 2017).

O Brasil passou por um processo de esvaziamento da essência da democracia sem que fosse formalmente extinta, esse processo foi chamado de “desdemocratização” por Dardot e Laval (2016). Esse fenômeno inédito na história do Brasil é fundamental para entender os processos de desdemocratização, não só no Brasil, mas também nos EUA. A contradição que a crise de 2008 causou entre democracia e neoliberalismo resultou no institucional que depôs a presidenta Dilma Rousseff. Junto a isso, a intensificação do trabalho democrático no governo petista, com ampliação de políticas públicas e cidadania, por exemplo, foi um catalisador para a crise democrática (BALLESTRIN, 2017).

O que ocorreu e ainda está se desenvolvendo é uma reiteração do golpe de 64, isto é, não seria necessário traçar uma linha de trajetória até que chegue no golpe de 2016, pois os acontecimentos têm o mesmo cerne:

A incapacidade das dominantes brasileiras de conviver com a democracia naquilo que ela tem de substantivo, como a distribuição de poder e riqueza e de alargamento de sua base social. (GUIMARÃES, 2017)

O livro “A Revolução Burguesa”, de Florestan Fernandes, que interpretou o golpe de 64, analisou o golpe como uma combinação de capitalismo e autocracia realizada pela revolução burguesa. A diferença principal entre os dois períodos, além da consciência das classes baixas de exigir distribuição de riquezas e alargamento de base, é o fato de o Consenso de Washington e a crise de 2008 ter ligado muito mais o país ao sistema capitalista internacional, do que era em 1964. Sendo assim, o que está ocorrendo é a atualização dessas classes burguesas dominantes que estão intrinsecamente ligadas ao sistema neoliberalista mundial (GUIMARÃES, 2017).

Entramos neste século vivendo uma terceira fase do neoliberalismo o, uma fase mais predatória, onde suas dimensões antidemocráticas ficam mais evidentes [...] O golpe no Brasil se insere nessa narrativa de uma contrarrevolução neoliberal está construindo estados constitucionais não democráticos (GUIMARÃES, 2017).

No século XX, a América experimentou uma onda de mudanças significativas, tanto golpistas quanto democráticas. Embora seja um continente vasto e diversificado, essas transformações impactaram vários países da região de maneira marcante, especialmente a América Latina, que, historicamente, reproduz ciclos políticos e econômicos. O histórico da democracia do sul do continente está intrinsecamente associado à economia dependente deste, resumidamente:

Poderíamos considerar os anos 1980 como a década da redemocratização e do aprofundamento da crise econômica, a década seguinte como a expressão da consolidação institucional de certas democracias, em meio ao choque neoliberal promovido por vários governos da região; em seguida, o momento pós-neoliberal dos anos 2000, representado pela ascensão de governos de esquerda [...] que empenharam políticas centrais de distribuição de renda [...] e, por fim, os anos de 2010 que parecem inaugurar um novo ciclo de intensificação do neoliberalismo (BALLESTRIN, 2017, p. 16).

As raízes que o novo neoliberalismo mundial plantou no Brasil criou uma aliança programática que sustenta o neoliberalismo ainda que ele esteja em crise. Mesmo com a divisão entre os golpistas e a dificuldade de se reerguer da crise de legitimidade do neoliberalismo, eles estão unidos em um tipo de sistema de substituição política, ou seja, ainda que uma liderança da extrema direita caia, surge outro para recompor a estrutura. Assim, vemos a olho nu um “abalo sísmico civilizacional”, que expõe a disputa de quem consegue se reorganizar e se manter firme na contrarrevolução liberal (GUIMARÃES, 2017).

Ao invés do pluralismo, o que vemos hoje é o crescimento de uma cultura do ódio e da intolerância. Os fundamentos da pública democrática em comum estão sendo

erodidos. [...] Os valores fundamentais da paz, da liberdade, dos direitos humanos, do pluralismo e da tolerância estão em questão, e é por isso que falo que estamos vivendo uma crise civilizacional (GUIMARÃES, 2017).

O principal adversário do governo petista foi o PSDB. Enquanto o PT mantinha as políticas sociais como principal marca do governo, com o tempo, o PSDB deixou de valorizar os benefícios do Plano Real e passou a adotar o antipetismo como sua principal característica distintiva. Isso acabou atraindo um eleitorado mais à direita, que eventualmente se voltou para Bolsonaro. Por pior que fossem as críticas e acusações na disputa entre PT e PSDB, ainda assim não era um discurso criminoso ou golpista, no sentido de pregar a eliminação do adversário, admitia a existência e importância do outro, diferente do governo Bolsonaro (NUNES, 2023).

Os jornais e as redes sociais foram catalisadores para a consolidação da crise institucional, iniciada pela recessão econômica que assolava o país entre 2015 e 2018. Nesse cenário antipolítico, com o discurso anticorrupção, criou uma atmosfera que ascendesse um novo candidato antipetista e antissistema, substituindo o PSDB: Bolsonaro (NUNES, 2023).

Foi nesse contexto instável e no cabo de guerra que ocorreu a partir de 2015 que as “novas direitas” viram brecha para chegar ao poder pela via eleitoral. Entretanto, a direita tradicional não conseguiu apresentar um candidato que se posicionasse dentro das condições que as novas direitas reivindicavam; e, as novas direitas, fragmentadas em ideologias, não conseguiram encontrar ou lançar um candidato que fosse visto como uma representação eficaz ou unificadora das forças com base na agenda anticorrupção. Com a prisão de Lula, em 2018, o candidato mais bem colocado nas pesquisas, completou uma cadeia de eventos que tornou possível a eleição de Bolsonaro como a terceira via “antissistema” militar (NOBRE, 2022).

Além de um simples líder antissistema, Bolsonaro é a expressão do que há de mais perverso no neoliberalismo. O bolsonarismo se tornou uma ideologia populista que cresceu além da figura do Bolsonaro, sendo uma discussão que polarizou os eleitores e transformou a política em parte da identidade dos indivíduos (NUNES, 2023). A identificação dos eleitores com o bolsonarismo está centrado em um debate intolerante contra a esquerda, no qual o Bolsonaro representa tudo o que há que virtuoso e o oposto a ele é vinculado à esquerda, ou seja, tudo o que é corrompido e errado está ligado ao “comunismo”. Ainda mais grave: Bolsonaro influencia todo um eleitorado a defender o período da ditadura militar. A “verdadeira democracia” é apenas aquela que existia durante a ditadura militar. Quem conseguir entender a expressão “a democracia da ditadura era a verdadeira democracia” conseguirá entender Bolsonaro (NOBRE, 2022, p. 18).

Considerações finais

A discussão buscou mostrar como a extrema direita manteve forte a sua estrutura. O resultado foi que o ex-presidente Bolsonaro foi um produto da ascensão e mudança desses grupos, ou seja, ele não chegou à presidência por acidente, mas de forma ordenada enquanto a extrema direita encontrava brechas para crescer, mesmo nos momentos de crise. Os principais instrumentos utilizados pelos grupos nas duas datas analisadas foram a influência institucional e a influência midiática. A influência institucional, de caráter internacional, visava a subjugação dos países emergentes pelos países capitalistas.

No que diz respeito à influência midiática, embora os meios tenham variado devido às diferenças temporais, o papel desempenhado foi igualmente significativo. No século XX, os jornais constituíram o principal canal de comunicação entre instituições e a população, enquanto, no século XXI, as mídias sociais e a televisão assumiram essa função, servindo como intermediários entre as instituições e os grupos sociais.

Outra análise é a de que o que ocorreu e continua se desenrolando é uma tentativa de repetição do golpe de 1964, mas com a identidade de golpe institucional, já que não há mais uma abertura para um golpe militar. Em ambos os períodos os eventos têm a mesma raiz: a classe alta e média não aceita a distribuição de renda e a igualdade social, e esse é o caminho para disseminar entre a população o que é repassado hierarquicamente entre as instituições até chegar na população, a classe média é o canal principal de manipulação e se tornou a base de apoio das elites, seja na “Marcha da família com Deus pela liberdade” ou nas manifestações de junho de 2013, a classe média era quem puxava a frente do movimento.

Esse movimento só foi possível graças à vulnerabilidade democrática do Brasil. O Brasil não passou por uma experiência democrática longa e concreta desde que foi instituída, em 1889, já que foi interrompida diversas vezes até a criação da Constituição de 1988, com a República Café com Leite, o período fechado do governo de Getúlio Vargas e a Ditadura Militar de 1964. Parte do histórico de golpes do Brasil se dá pelo liberalismo, já que os países - como os Estados Unidos - influenciaram o Brasil a adotar práticas capitalistas para servir como país a ser explorado, assim como os outros países da América Latina, o discurso que era transmitido para tal feito era o discurso da promoção do desenvolvimento em países emergentes patrocinado por países já desenvolvidos, mas na prática agiam em benefício próprio.

A pesquisa reforça a importância contínua de se lembrar do passado, buscar a verdade e promover a justiça como base para a construção de uma sociedade que valorize os direitos humanos e a dignidade dos seus cidadãos. O silenciamento do Estado acerca das violações dos

direitos humanos produzidos pela política de esquecimento promovida pela “abertura lenta, gradual e segura” favoreceu a manutenção da cultura política conciliatória intraelites, circunscrevendo o debate sobre direitos humanos no Brasil às vítimas ou familiares de vítimas da ditadura. A impunidade fez parte do projeto conciliatório de nossa transição negociada intraelites. O custo de tal negociação, no entanto, foi produzir uma democracia de baixa qualidade que fertilizou o terreno para a disseminação do neoliberalismo e a ascensão de um líder que representa a extrema direita com um discurso intolerante contra as minorias, mais uma vez, são ações e discursos de violações de direitos humanos normatizados ou considerados excessos pontuais, quando se trata, na verdade, da *necropolítica* de contenção dos indesejáveis.

A inexistência de uma política sistemática de valorização dos direitos humanos e de promoção de uma justiça de transição que incluísse a punição aos torturadores favoreceu a persistência de um espaço que possibilitou a emergência de discursos que apresentavam os movimentos sociais e os defensores dos direitos humanos como promotores da desordem e defensores do caos, retomando o cenário midiático de “nós contra eles” que deu forças ao golpe militar, em 1964, e a eleição de Bolsonaro, em 2018. A política do esquecimento adotada pelo Estado favorece tanto novas violações dos direitos humanos por parte dos agentes públicos quanto a existência do que chamamos de “espaço de suspeição”, ocupado por uma extrema direita ávida em criminalizar os movimentos sociais e em promover o negacionismo como estratégia política para o combate à construção e à ampliação dos direitos. Esse cenário é manipulado pelo neoliberalismo, pois é na desigualdade econômica e social que essa ideologia cresce e diminui a ação do Estado na proteção das minorias. Relembrar o passado é essencial para mantê-lo vivo, ele pode ser uma fonte de conflito, um incômodo que impele a não cometer os mesmos erros ou uma carga grande o suficiente para provocar um silêncio e consequentemente um esquecimento.

Bibliografia

ALVES, Giovanni- **“O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal”**. *Blog do Boitempo*, 8 jun. 2016 (blogdoboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/).

BALLESTRIN, Luciana – **“Rumo à teoria pós-democrática?”** *Paper* apresentado no 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 23 a 27 de outubro de 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado**. Novos Estudos CEBRAP, v. 37, n. 37, 1993.

CARDOSO, Fernando. "**Associated Dependent Development**". In: STEPHAN, Alfred C. (ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*. New Haven: Yale University Press, 1976.

CROZIER, M., HUNTINGTON, S., P., WATANUKI, J. 1975. **The Crisis of Democracy**. New York University Press.

EMPOLI, Giuliano da. 2019. **Os Engenheiros do Caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. São Paulo: Vestígio.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas?: Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Paz e Terra, 1993

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. **A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul**. Scientia Plena, v. 10, n. 12, 2014.

GUIMARÃES, Juarez – “**Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo**”. Entrevista. Sul 21, 16 jul. 2017 (www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-mais-demobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/)

HORTA, Fernando e Patrícia VALIM – “**As coisas no seu devido lugar**”. *Opera Mundi*, 31 out. 2017 (operamundi.uol.com.br/conteúdo/geral/48301/as+coisas+no+seu+devido+lugar.shtml).

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Vol. 3. Civilização Brasileira, 1968

MARTINS, Carlos Eduardo. *Consenso de Washington. Latinoamericana. Enciclopédia Contemporânea de América Latina e do Caribe*. Rio de Janeiro/São Paulo: Laboratório de Políticas Públicas/Boitempo, 2006.

MELO, Demian – “**O golpe de 1964 como uma ação de classe: uma polêmica com certas tendências da historiografia brasileira**”, em Carla Luciana Silva, Gilberto Grassi Calil e Marcio Antônio Both da Silva (orgs.), *Ditaduras e Democracias: estudo sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945- 2014)*. Porto Alegre: FCM, 2014.

NOBRE, Marcos. 2022. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. Editora, *todavía*.

NUNES, E. O. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro; Brasília: J. Zahar Editor; Escola Nacional de Administração Pública, 1997.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo**. HARLEQUIN, 2023.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. Ubu Editora, 2022.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. *Revista Econômica*, Niterói, v 13, n 2, dezembro 2011.

PRUDÊNCIO, Kelly – **“Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política”**. Revista Compolítica, nº4, 2014.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ROUBINI, Nouriel. **From great moderation to great stagflation**. Project Syndicate. Aug, v. 9, p. 2022, 2022.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. FGV Editora, 2001.

SOLANO GALEGO, Esther- **“Populismo de direita: guerras culturais e antipetismo”**, em Barbara Caramuru Teles (org.), *Enciclopédia do golpe*. Curitiba: Declatra, 2017.

TOLEDO, Caio Navarro de – **“1964: o golpe contra as reformas e a democracia”**, em Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridente e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.), *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.